

MEMORANDO

A Conclusão do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA)

É com grande preocupação que assistimos ao avolumar das dúvidas relativas à capacidade do Estado para assegurar o financiamento da última fase da obra, que não só envolve os melhores solos do país, como incide sobre um conjunto muito vasto de investimentos, já no terreno, representando um esforço de investimento privado ímpar no nosso país.

A conclusão da obra é absolutamente vital para a coerência e viabilização de todo o projecto do EFMA e da própria agricultura das zonas abrangidas, pelo que se deverá, por um lado, assegurar a competente contrapartida nacional dos financiamentos e, por outro, manter a afectação de fundos à acção “Regadio de Alqueva” do PRODER, evitando a sua canalização para outras acções.

De acordo com a informação disponível, as necessidades estritas de financiamento nacional para a conclusão do empreendimento rondam os 200 milhões de euros (M€), para uma despesa pública total (nacional e comunitária) de cerca de 700 M€. Se considerarmos que a área já equipada e apta a regar ronda os 52000 ha, vemos que os referidos 200 M€ permitirão operacionalizar mais de 60000 ha de novos regadios, dos quais cerca de 15700 ha estão já em construção.

Acontece porém que uma proporção significativa desses “novos regadios” já regam. E regam graças ao referido esforço de investimento dos agricultores e à perspectiva de que a água de Alqueva a eles chegaria em 2013. Este esforço de antecipação — porque era de antecipação que se tratava — radicou maioritariamente em captações de água precárias, destinadas apenas a assegurar os primeiros anos de implantação dos investimentos e que, como tal, não terão capacidade para os suportar além desse horizonte temporal, até porque a continuação da exploração dessas captações poderá acarretar riscos ambientais significativos, nomeadamente na Zona Vulnerável de Beja. É o caso dos blocos que regam a partir da albufeira de S. Pedro, que abrange praticamente toda a zona dos barros de Beja e em que, estimamos, mais de metade da área esteja já a ser regada.

Acresce que estas áreas, uma vez disponibilizada a água do EFMA, transferirão imediatamente os seus consumos e, conseqüentemente, começarão a pagar a água e a contribuir para a autonomização e sustentabilidade do próprio EFMA. Por outro lado, a paragem da obra resultaria num quadro de grande ineficácia, uma vez que deixaria um conjunto de investimentos públicos sem qualquer uso: falamos de áreas já equipadas com rede primária e ainda sem rede secundária e vice-versa.

Vemos assim que o problema não poderá, no imediato, reduzir-se à promoção da utilização do regadio já existente, sob pena de aniquilar todo o esforço de investimento referido, muito dele apoiado pelo PRODER. Por outro lado, e face à informação disponível, a questão da utilização do regadio existente não deverá suscitar quaisquer reservas: dos cerca de 50000 ha equipados, regaram, em 2011, mais de 20000 (41%) o que, se considerarmos que mais de 21000 ha entraram em exploração apenas em Março de 2011 e a predominância da pequena propriedade (mais de 9000 ha constituídos por parcelas com menos de 5 ha), normalmente mais demorada na adesão ao regadio, nos parece um valor notável.

Compreendendo o esforço a que todos deveremos corresponder neste momento delicado para o país, não poderemos deixar de contabilizar e considerar o custo da paragem que, neste caso e em nossa opinião, é inaceitável.

Estamos sim receptivos a um reescalonamento do cronograma da obra, no sentido de minimizar a despesa em 2012 e 2013, cingindo-a às componentes com elevado retorno, ou seja, aquelas em que parte significativa do esforço de investimento já esteja feita e em que a paragem da obra as deixaria sem qualquer uso. São os casos dos blocos de Vale de Gaio (ca. 3900 ha), dos blocos do Pisão-Beja (ca. 11000 ha), do bloco de Pias (ca. 6700 ha), cuja infra-estrutura primária se encontra concluída e que representam cerca de 48% das novas áreas a equipar, com uma despesa nacional associada de 27 M€ (ca. 107 M€ de despesa pública total).

Com uma tal abordagem lograr-se-ia protelar a maior parte do esforço financeiro nacional para depois de 2013, altura em que, de acordo com as projecções do Governo, o estado das finanças públicas já permitirá afectar recursos a este empreendimento, sem no entanto parar a obra e conseguindo colocar em operação uma parte apreciável dos blocos cujo equipamento já está iniciado.

Quanto ao papel da EDIA no futuro do empreendimento, se por um lado não consideramos desejável a sua extinção após a conclusão da obra, uma vez as suas funções não se esgotam na obra, também não podemos omitir uma apreciação crítica face aquela que tem sido a sua postura ao longo dos últimos meses, decorrente de uma clara estratégia de auto-preservação, marcada pela tentativa sistemática de assegurar, após o termo da obra, um papel que exorbita o disposto nos seus estatutos que o limitam à *“concepção, execução e construção das infra-estruturas que integram o sistema primário do empreendimento, bem como a sua gestão, exploração, manutenção e conservação”*.

De facto, com o argumento da grande complexidade do empreendimento, a EDIA tem, abertamente, estimulado os agricultores a delegar nela própria a gestão da rede secundária, fomentando, por outro lado, o aparecimento desregrado e irreflectido de novas Associações de Beneficiários, sem curar dos aspectos quiçá mais relevantes no que a estas respeita: a sua dimensão e a capacidade de gerarem economias de escala. Fá-lo ao arrepio da postura e mesmo de algumas orientações da própria DGADR — a autoridade nacional do regadio —, criando assim um quadro de desorganização, destinado unicamente a favorecer a sua própria perpetuação e que em nada beneficia o EFMA.

No sentido de pôr cobro a todos estes equívocos, deverá ser clarificado o modelo preconizado para a gestão da rede secundária, sendo opinião da FAABA que deverá ser observada a regulamentação dos aproveitamentos hidroagrícolas e delegada aquela gestão nas associações de beneficiários, únicas entidades que, pela sua proximidade dos utilizadores, reúnem as condições que permitirão otimizar a utilização dos novos perímetros, como, de resto, a experiência recente o demonstra.

Beja, 13 de Setembro de 2011